



Rio tenta reaver R\$ 426 milhões na Justiça

Governo alega que venda da carteira imobiliária do Rioprevidência na gestão de Rosinha Matheus deu prejuízo ao Estado

Ex-governadora não quis se manifestar sobre ações de improbidade e reparação de danos; Procuradoria, PF e Receita apuram o caso

ELVIRA LOBATO
DASUCURSALDO RIO

O governo do Rio, sob a gestão de Sérgio Cabral (PMDB), está na Justiça para tentar recuperar um prejuízo de R\$ 426 milhões que o Estado alega ter sofrido com a venda da carteira de crédito imobiliária do extinto Berj (Banco do Estado do Rio de Janeiro) no governo de Rosinha Matheus (2003-2006).

O Estado diz que houve conluio entre ex-dirigentes do Rioprevidência (fundo de previdência do funcionalismo) e grupo do mercado de capitais.

A ex-governadora, mulher de Anthony Garotinho, hoje no PR e rompido com Cabral, não comentou a ação. O casal teve os bens bloqueados na semana passada, após o Ministério Público denunciá-lo sob acusação de improbidade administrativa por supostos desvios de verbas.

A carteira do extinto Berj foi leiloada pelo Rioprevidência em 2005. A ação de improbidade e de recuperação de danos foi admitida pela 15ª Vara de Fazenda Pública em novembro, e está sob sigilo de Justiça. Há ação criminal em curso.

Quatro pessoas pagaram R\$ 135 milhões pela carteira, com 24.716 contratos. No dia do leilão, revenderam 4.596 contratos por R\$ 142 milhões.

Em quatro meses, o grupo revendeu 11.381 contratos, por R\$ 354 milhões ao fundo de investimentos ASM Fidc FCVS, que teve oito fundos de pensão como cotistas: Petros (Petrobras), Postalís (Correios), Regius (Banco Regional de Brasília),

Real Grandeza (Furnas e Eletronuclear), Faceb (Cia. Energética de Brasília), Fioprev (Fundação Oswaldo Cruz), Celos (Centrais Elétricas de SC) e Portus (Docas).

Cerca de 13 mil contratos, que, supostamente, não tinham valor comercial, foram repassados à Tetto Habitação, por R\$ 2.000. Mas a Caixa disse à CVM que eles valem R\$ 207 milhões.

As pessoas físicas que compraram a carteira no leilão são Eduardo Chame Saad, Fernando Salles Teixeira Mello, José de Vasconcellos e Silva e Olimpio Uchoa Vianna, todos do mercado financeiro. Eles foram ao leilão com dinheiro que Postalís, Celos e Regius tinham aplicado no ASM Fidc FCVS.

A operação foi investigada em inquérito da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que apontou indícios de fraude, e há um processo administrativo contra os acusados. Os ex-dirigentes do Rioprevidência e os fundos que recompraram os papéis com ágio não foram investigados pela CVM.

A Procuradoria, a Polícia Federal e a Receita também apuram o caso. A Procuradoria da República foi notificada pelo Coaf (Conselho de Controle de Operações Financeiras) sobre a movimentação atípica nas contas dos investidores.

Para o governo, o leilão teria sido ação entre amigos articulada para fraudar o patrimônio.

A Procuradoria-Geral do Estado e o Rioprevidência movem ação de improbidade e reparação de danos contra o ex-presidente e o ex-diretor de investimentos da autarquia, Ronaldo de Moraes Figueiredo e Eduardo Santos da Silva; contra os quatro investidores e as empresas que se envolveram no leilão.

➔ LEIA MAIS A9



saiba mais

Fundo contratou empresa para leiloar títulos

DA SUCURSAL DO RIO

Em dezembro de 2004, o Rioprevidência contratou uma empresa — a ASM Asset Management, do Rio — para montar um fundo de investimentos lastreado em títulos mobiliários que possuía. A empresa lançou em leilão as cotas desse fundo.

Paralelamente, montou outro fundo, para captar dinheiro de fundos de pensão estatais e recomprar papéis de investidores, após o leilão.

Para os investidores, o valor da carteira do Rioprevidência estava nos contratos de financiamento com correção alta assegurada.

Em vez de esperar para receber títulos públicos do governo federal na data do resgate, o Rioprevidência vendeu os direitos, com deságio, para antecipar a receita.

A Fundação Padre Leonel França, da PUC do Rio, foi contratada para calcular o preço de mercado dos títulos corrigidos e chegou a R\$

131,9 milhões. O Rioprevidência usou o laudo para fixar o preço mínimo.

Para o governo do Estado, o laudo foi “falho e errado”. Já para a CVM, faltou visibilidade no leilão e tempo para que outros interessados estudassem os contratos.

Quatro pessoas pagaram R\$ 135 milhões pela carteira imobiliária com 24.716 contratos. No dia do leilão, venderam 4.596 contratos por R\$ 142 milhões. No intervalo de quatro meses, o grupo revendeu 11.381 contratos, por R\$ 354 milhões.

Diante do ganho rápido, a questão é se o Rioprevidência vendeu a carteira por menos do que valia ou os fundos pagaram mais do que deviam. Ainda não há resposta.

Só o Real Grandeza não vendeu sua participação para um grupo de investidores estrangeiros. Os que saíram declararam ter obtido lucro.

Os contratos fazem parte agora de fundo de investimento administrado pela Vision Brasil. O diretor da Vision, Amaury Fonseca Júnior, disse que pagou R\$ 366 milhões por 6.885 contratos. Para ele, foi um bom negócio para os estrangeiros. (EL)

VENDA DE CONTRATOS

O dinheiro que o governo do Rio tenta reaver na Justiça

1 LEILÃO

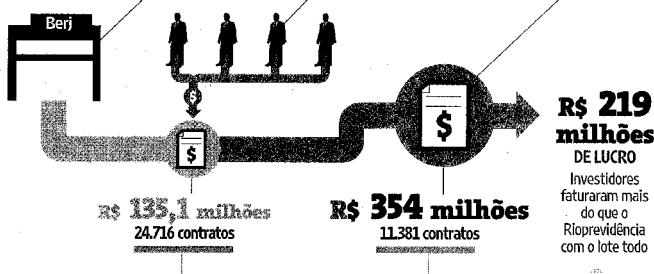
» Em 2005, o Rioprevidência leiloou os direitos de crédito da carteira imobiliária do Berj (Banco do Estado do Rio de Janeiro)

2 ARREMATÉ

» Quatro profissionais do mercado financeiro arremataram os direitos de 24.716 contratos por R\$ 135,1 milhões

3 LUCRO

» 11.381 contratos foram vendidos por R\$ 354 milhões, no espaço de quatro meses



OS 13.335 CONTRATOS RESTANTES

» O restante dos contratos comprados da Rioprevidência (cerca de 13 mil), que não teriam valor comercial, foram repassados a Tetto Habitação por R\$ 2.000

» Tais contratos, segundo a Caixa Econômica Federal, valeriam, na verdade, R\$ 207 milhões. O banco comunicou o fato à CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

QUANTO CADA UM TERIA LUCRADO

Em R\$ milhões*



*Segundo o relatório da comissão de Inquérito da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) Fonte: relatório do inquérito administrativo CVM 06/07 e o ação judicial proposta pelo Estado do Rio de Janeiro



outro lado

Investidores negam participar de fraude

DA SUCURSAL DO RIO

Acusados de terem sido beneficiados na negociação da carteira de títulos do Rioprevidência, Eduardo Saad, Olímpio Uchoa, Fernando Teixeira de Mello e José Vasconcelos e Silva afirmaram que o relatório da comissão de inquérito da CVM é preliminar, e que o caso não foi a julgamento da diretoria.

Eles negaram ter contribuído para fraude contra o patrimônio público e dizem que o Estado definiu o preço de venda que achava justo no leilão.

Sustentam que não sabiam que os contratos atingiriam um valor de mercado tão acima do preço do leilão, mas que era "óbvio" presumir a valorização, pois o valor nominal da carteira (sem deságio) era de R\$ 1,8 bilhão. Segundo eles, o Rioprevidência vendeu a carteira com deságio autorizado pela Procuradoria-Geral do Estado.

O grupo não quis falar sobre o lucro obtido após o leilão, mas disse que pagou os impostos.

Os ex-governadores Rosinha Matheus e Anthony Garotinho não se manifestaram. O ex-presidente do Rioprevidência Ronaldo Figueiredo e o ex-diretor de Investimentos Eduardo Santos da Silva não foram localizados. A atual diretoria afirmou que não se pronunciaria.

A ASM Asset Management disse que não assessorou o fundo na definição do valor de venda da carteira imobiliária e que só foi contratada para estruturar o fundo de investimentos ASM Carteira Imobiliária.

O fundo de pensão dos empregados dos Correios e o fundo de previdência da Centrais Elétricas de Santa Catarina se disseram satisfeitos com o rendimento. A Petros afirmou que teve rentabilidade de 117% — e a previsão era de 110%.